
HELOÍSA RODRIGUES FERNANDES

Departamento de Sociologia
da Universidade de São Paulo

Violência e Modos de Vida: Os “Justiceiros”

135

Selecionam-se duas biografias familiares de “justiceiros” em São Paulo, cuja reconstrução permite explicitar duas dimensões muitas vezes desconhecidas ou silenciadas: o custo so-

cial do modelo do “chefe provedor” sobre as próprias classes trabalhadoras e o lugar do trabalho como significante-mestre justificando uma concepção maniqueísta do mundo.

O estudo dos modos de vida das classes trabalhadoras no Brasil teve como um dos seus efeitos mais promissores recuperar o interesse sociológico pela família como instância de elaboração da identidade trabalhadora. Pesquisas recentes têm realçado a dominância de uma estrutura da família trabalhadora marcada pela oposição homem/mulher. “Em princípio, podemos dizer que o elemento *homem/marido* engloba hierarquicamente o elemento *mulher*, no sentido de que este se apresenta subordinado àquele; ‘interno’, em relação à sua ‘exterioridade’; ‘privado’, em relação ao seu caráter mais ‘público’; ‘natural’, em relação ao seu caráter mais ‘social’” (Duarte, 1986:174). Uma estrutura que destina ao homem, como pai e chefe de família, a responsabilidade de “manter o respeito e botar comida dentro de casa” (*ibid.*:176). Em suma, modelo patriarcal e patrifocal, validado como fonte da moralidade doméstica e condição de civilidade, é erigido em aspiração e modelo das famílias das classes trabalhadoras no Brasil. Mesmo que não encontre possibilidades efetivas de realização, o modelo do “chefe provedor” torna-se definidor da vida familiar digna e bem sucedida (Zaluar, 1985:122). A precariedade das condições de sobrevivência dessas famílias

**Violência
e Modos
de Vida**

justifica a valorização da ordem e hierarquia presentes nesta estrutura familiar pois são elas que permitem constituir uma defesa simbólica e psíquica às ameaças de desordem e ruptura (Telles,1988:31). Via pela qual torna-se possível afirmar que “frente a uma experiência de sociedade que se faz sob as formas da insegurança e da instabilidade, da exclusão e da ilegitimidade de suas vozes e estratégias de vida, a família se constitui simbolicamente em algo como um ponto fixo em torno do qual homens e mulheres podem contar uma história e montar uma biografia, atribuir um sentido às suas existências e montar projetos de futuro, tornando o mundo no qual estão mergulhados um mundo plausível de ser vivido. E é nisso que o modelo do chefe provedor se reafirma como referência de uma ‘vida decente’ mesmo que não se realize e nem tenha condições de se realizar plenamente nas situações concretamente vividas.” (*ibid.*:32).

Fundamentando-se na psicanálise, Jurandir Freire Costa não só ratifica estas teses como vai além: no Brasil, “o que é visível e audível no discurso dos trabalhadores manuais é que a identidade psicológica tem um dos seus mais fortes esteios no traço identificatório *trabalhador*. Para muitos destes homens, ser bom trabalhador significa ser bom pai, bom marido, bom filho, bom amigo, bom vizinho, enfim, um bom homem, pleno e realizado em suas aspirações libidinais a conformar-se ao Ideal de Ego, implícito nas injunções do modelo identificatório.” (Costa,1989:29). Jurandir Costa vai além porque, na sua interpretação, o “chefe provedor” já não se dilui numa identidade *social* da família trabalhadora; diferenciando a identidade enquanto formada por diversos sistemas de representações sócio-culturais: identidade étnica, religiosa, de classe, profissional, política, etc., o traço identificatório *trabalhador* é, para ele, fundante da *identidade psicológica* da grande maioria dos trabalhadores manuais no Brasil. “O importante é notar que a *identidade psicológica* diferencia-se dos demais sistemas identitários por se apresentar ao sujeito como aquilo que não é apenas atributo do *meu eu* ou de *alguns eu*, mas o traço identificatório comum a *todos os eu*. Em outras palavras, é o sistema de representações que se mostra à consciência do sujeito como um predicado universal e genérico, definidor por excelência do humano” (*ibid.*:22), daí seu *poder normativo* frente aos demais sistemas identitários.

Em suma, seja como exorcismo à continua ameaça de desordem e ruptura, seja como traço significativo da identidade psicológica, essas pesquisas concordam que no modo de vida

das classes trabalhadoras no Brasil domina, para o homem, a identificação como trabalhador, e, quando constitui família, como “chefe provedor”. À mulher, como mãe de família, cabe o papel de manutenção dos serviços domésticos e de criação dos filhos.

Estas interpretações sobre o modo de vida das classes trabalhadoras no Brasil, apesar das singularidades e até das discrepâncias eventuais, foram de grande valia à organização e interpretação de parte do material de uma pesquisa que realizei em São Paulo com três “justiceiros” fardados e suas famílias de orientação (Parsons, 1970) ⁽¹⁾. Filhos de famílias proletárias, os três pertenceram aos quadros subalternos da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMSP), foram expulsos, sentenciados e condenados por assassinatos de vários civis e, hoje, cumprem pena no presídio Romão Gomes da Polícia Militar do Estado de São Paulo ⁽²⁾.

Não obstante, neste trabalho, pretendo selecionar duas dessas biografias familiares de modo a explicitar duas dimensões que as interpretações dos modos de vida das classes trabalhadoras, acima resumidas, parecem ter desconhecido ou silenciado: o custo social do modelo do “chefe provedor” sobre as próprias classes trabalhadoras e o lugar do trabalho como significante-mestre justificando uma concepção maniqueísta do mundo.

É na família com uma trajetória mais propriamente camponesa que a precariedade e a instabilidade da biografia familiar é mais evidente. No relato da mãe deste “justiceiro”, o trabalho aparece como categoria fundante — ordenadora, sistematizadora, instauradora de sentido — do tempo familiar.

Analfabeta, filha de meeiros do interior do Estado de São Paulo, desde menina trabalhou na “roça” (algodão, café, milho) como todos os membros da sua família de orientação. Casou-se com um meeiro e a trajetória da sua família de procriação (Parsons, 1970) ⁽³⁾ é marcada por um contínuo ir e vir: várias tentativas do marido procurando estabelecer-se como trabalhador urbano, com o subsequente retorno ao trabalho agrícola: “mas não dava certo, o velho [seu marido] ficava sem trabalho, ficávamos sem dinheiro e voltávamos a trabalhar em sítio, como meeiros, em café”. Trajetória de idas e vindas que

⁽¹⁾ Por *família de orientação*, entendemos: pai, mãe, irmãos e irmãs do sujeito de referência.

⁽²⁾ Como permanecem presos, devendo responder em outros processos, não citar seus nomes foi uma condição que aceitei ao iniciar a pesquisa, em 1986.

⁽³⁾ Por *família de procriação* entendemos: o sujeito de referência, seu cônjuge e filhos.

vão sendo pontuadas, também, pelo nascimento dos seus sete filhos.

Eis porque no seu relato de quase sessenta anos de vida, o tempo familiar possui dois marcos de referência: o lugar de trabalho (diferenciando o espaço) e o nascimento dos filhos. Periodização do tempo que não é cronológica (não há referência a nenhuma data) pois seu marco ordenador é, no fundo, o dos trabalhos: de plantar e de parir. Tempo familiar que se aproxima do *tempo mítico* (*), já que a explicação das vicissitudes do grupo familiar é causalmente referida aos contínuos e reiterados fracassos do marido como "chefe provedor", que é também o que justifica a necessidade de recorrer ao trabalho dos filhos: "o velho não dava certo, dava tudo errado para ele. [...] Antes de eu trabalhar, nós tínhamos de viver com o ordenadinho das crianças [...] catavam café nas máquinas [...]. Quando a vida piorava, a gente voltava a trabalhar em sítio. Quando ele cansava, a gente voltava. Mas nada dava certo para ele. Ele dizia que achava que tinham feito alguma coisa para ele. Até para o Paraná ele foi. Trabalhou muito como meeiro, mas nada dava certo."

Nessa história familiar é bem vívida a experiência das fronteiras do pauperismo, da precariedade, da insegurança, da desvalia que a memória do filho "justiceiro" retém: "a gente passava muita necessidade. Por mais que pegasse empreitada não sobrava nada. [...] A gente não parava em lugar nenhum, perdeu o sossego. Mudámos para mais afastado ainda [...] e foi aí que a coisa apertou de vez. A gente já estava quase passando fome." Limite do pauperismo que, na memória do filho, obriga a mãe a decidir-se: invade lotes desocupados e começa a plantar. São terras da periferia urbana abandonadas por seus proprietários: ela carpe, planta, colhe e vende, verduras e legumes, na cidade. Decisão que obriga a mulher a ocupar o lugar de "chefe provedor" graças a uma lógica de sobrevivência que inclui, também, um verdadeiro circuito de utilização da força de trabalho dos sete filhos: os mais velhos, um de cada vez, são, primeiro, incorporados ao ciclo plantar-colher-vender junto com a mãe; quando "crescem", entre os doze e os catorze anos, aí então é que começam, segundo a mãe, a "trabalhar para ajudar",

(*) "O tempo mítico implica uma ordenação teórica dos acontecimentos empíricos para explicar causalmente as vicissitudes do grupo familiar de acordo com alguma teoria explicativa, geralmente encobridora." "O tempo mítico, muitas vezes, pode estar marcado nos seus períodos por um membro familiar significativo: a mãe, a avó materna, o irmão materno, que se converte, desta forma, no encarregado de 'colocar' no tempo os acontecimentos ao qual irão se cercar todos os membros da família. O tempo mítico [...] está determinado pela confluência dos desejos e conflitos que unem seus membros." (Berenstein, 1988:194).

tornando-se assalariados, enquanto o próximo filho mais velho passa a trabalhar junto com ela nos lotes.

Aos poucos, o relato materno vai tornando visível seu orgulho de ser a verdadeira ocupante do lugar de "chefe provedor" da família: "sou decidida, sempre fui, vou até o fim. Eles falam que sou mulher de ferro. Puxo um carrinho de mão de roda de pneu. Eu subo e rasgo! Não é fácil não, mas eu faço. Tem uns três quarteirões de subida. Rasgo aquela rua!"

Na fala materna, a rememoração dos acontecimentos familiares vividos permite sua ordenação e comparação ao presente: "agora parece que estou no céu". Avaliação que se faz às custas do esquecimento das perdas do percurso: o marido morto, o suicídio da primogênita, o filho "justiceiro" preso, uma filha continuamente internada em hospício. No passado ficou a experiência limite da insegurança e exclusão: "passei muita fase pesada. A gente sofria neste mundo, dando duro e não dava certo. Sei que foi tanta rodada que nem sei o que foi a vida da gente."

Na verdade, a precariedade da situação familiar, o apelo ao "ordenadinho das crianças" e ao seu próprio trabalho, as andanças para lá e para cá, tudo vai adquirindo sentido graças aos fracassos do marido como "chefe provedor". "Nada deu certo", "nada dava certo" é avaliação repetida e reiterada da mulher ao desempenho do marido no que se refere à subsistência da família. O marido, com seus fracassos, ocupa o lugar de ordenador do tempo mítico familiar explicando as inúmeras vicissitudes da trajetória do grupo. O modelo do "chefe provedor", que serve de referência à avaliação negativa do marido, revela, assim, seu custo social: não há qualquer possibilidade de ordenação e explicação da história familiar inscrevendo sua família na lógica da exploração e exclusão capitalista.

Na biografia familiar de um segundo "justiceiro" encontramos uma trajetória de vida comum a inúmeras famílias trabalhadoras no Brasil: sítiantes nordestinos ("era um tipo de vida feliz e a gente não sabia"), emigração para São Paulo ("tinha onde trabalhar"), regresso ("não deu certo"), nova emigração, agora definitiva, para São Paulo. Deslocamento espacial justificado pela necessidade de encontrar trabalho: sítiante, servente de pedreiro, pedreiro, empreiteiro de obras, o chefe da família; sítiante, trabalho por tarefa (como costureira) e os encargos domésticos, a mulher.

Neste grupo, é o trabalho que atribui sentido à trajetória familiar e à vida dos seus membros. Não obstante, neste grupo

familiar, "ser trabalhador" não é traço identitário (atributo) mas, muito mais propriamente, um significante-mestre que produz, organiza e elabora inúmeras significações. Assim é que, no relato materno, o trabalho é *terapia* para o filho preso: "ele estava tão bem! O major [...] tinha arrumado para ele ir trabalhar [...]. Trabalho, para ele, é terapia. Mas tiraram ele! Dá um nervoso, dá uma revolta!" No relato paterno, o trabalho é maneira de esquecer de si: "é o que revolta! Não temos justiça [...] temos injustiça no Brasil! Bastava deixar que ele trabalhe para ele esquecer daquela missão que ele está cumprindo." Trabalho é, também, para a mãe, *vocação*: "a PM, a farda, era uma coisa como uma vocação que ele tinha [...]. É o que eu acho, é vocação." Paradoxalmente, no relato materno, o trabalho ainda aparece, na mesma vocação do filho, como aquilo que deixa o sujeito nervoso, quando é demasiado: "ele trabalhava muito, demais! Não sei o que ela [a nora] fazia, mas ele ficava nervoso! Também, ele trabalhava muito, ficava nervoso, não sei!"

Para sua mulher — como para o filho "justicheiro": "modéstia parte, meu pai é trabalhador fora de série, não pára um minuto; acho que, se ele parar, ele morre" — o marido, "chefe provedor", é o devido ocupante do lugar de autoridade do grupo familiar. Não obstante, no relato materno, o trabalho da mulher é o definidor da sua identidade. Para ela, o trabalho feminino aparece como sacrifício do corpo da mãe aos filhos: "sempre costurei em casa; pego trabalho na fábrica, trago para casa, trabalho até de madrugada. Até fiquei com uma dor na vista de tanto trabalhar até de madrugada, anos e anos, para ajudar a criar estes filhos" ⁽⁵⁾. Sacrifício a ser feito e bem feito para que a mulher não abrigue más idéias, como ocorreu com a ex-mulher do filho preso: "eu penso que o dia que ela cair no sofrimento não sei o que será dela. Eu dizia para ela ir trabalhar. Dizia, é bom, você *passa o tempo* [...] mas ela não ia. Trabalhar não é com ela. [...] Ficava aí, de porta em porta, e, no fim, aconteceu o que aconteceu [...]. Não quer saber quem inventou o trabalho! Não faz nada!"

Significante vazio, o trabalho vai adquirindo inúmeros significados que vão dando sentido à vida, ao mesmo tempo que a idealização maciça modela imaginariamente um mundo absolutamente cindido: do lado dos que se sacrificam e trabalham, alinham-se não só os trabalhadores, mas os bons pais, bons maridos, bons filhos, bons parentes, bons vizinhos e, especialmente, as boas mulheres. Daí o confronto com aqueles

⁽⁵⁾ Teve cinco filhos, um dos quais falecido antes de completar um ano de idade.

que estariam do outro lado, com os que, presumivelmente, não trabalham porque não querem pois são os que "não querem saber quem inventou o trabalho", justificando a canalização de uma agressividade maciça a um *outro* digno de uma suspeita que já não se restringe ao papel de trabalhador pois desloca-se em cadeia ao de pai, de marido, de filho, de parente, de vizinho, de mulher de família, como, também, ao de cristão e cidadão.

Herdeiro do discurso familiar, é o filho preso que sentencia: "quando vinha um novato trabalhar comigo, eu ensinava mesmo, ensinava a *distinguir* o cidadão do marginal, que é o que a PM não ensina".

141

Pesquisas recentes sobre os modos de vida das classes trabalhadoras no Brasil terminam concordando que o modelo de organização familiar centrado na figura do "chefe de família", ou "chefe provedor" contribui para a estruturação de um campo de força, luta e resistência popular. Ainda que esta interpretação seja correta, convém não desconhecer certos efeitos conformistas do mesmo modelo.

No caso do primeiro grupo analisado, onde o modelo não consegue ser plenamente realizado, o fracasso do marido como "chefe provedor" organiza e dá sentido à história familiar. Não obstante, ainda que como aspiração, o modelo funciona segundo uma lógica social estritamente familiar. A adequação ou fracasso na sua realização permanecem num circuito "explicativo" exclusivamente pessoal, recaindo com brutal violência na figura do próprio "chefe de família". No relato da mulher, o fracasso do marido é atribuído ao acaso, ao destino, ao mau-olhado, mas nunca a uma lógica social que, ultrapassando-o, independe da sua vontade e tenacidade. Na sua explicação do fracasso do marido como empreiteiro chega mesmo a aludir aos peões — "no fim, só os peão ganhava, ele não" — enquanto o patrão é sintomaticamente silenciado. Assim sendo, graças também ao modelo do "chefe provedor", as biografias familiares das classes trabalhadoras no Brasil podem, de fato, fornecer aos que as vivenciam inteligibilidade e coerência, mas às custas, muitas vezes, da sua alienação social.

No caso do segundo grupo familiar onde, ao contrário, o modelo patriarcal e patrifocal como fonte da moralidade e condição da civilidade é plenamente realizado, o modelo não contribui para a estruturação de um campo de força, luta e resistência popular mas, ao contrário, justifica a *cisão do espaço* de reprodução das próprias classes populares em trabalhadores e marginais. Cisão produtora de uma cena onde os trabalhadores

aparecem como "zé-povinho": são os "marmiteiros", os "injustiçados", os "coitados", os que "não têm ninguém por eles" ⁽⁶⁾, necessitados da defesa autoritária e violenta dos seus "justiceiros". Graças ao trabalho como signifiante, ódio e ressentimento são convenientemente canalizados para as "vítimas emissárias": os "marginais"; *deslocamento* da luta que conta com a convivência e/ou omissão da mesma ordem social — espoliativa e excludente — que os produziu. Ódio e ressentimento que adensam aquela "violência 'anômica' e inorgânica na massa da população pobre e oprimida, largada a si mesma pela *ordem civil* [...] praticamente cega à sorte dos deserdados, postos a 'cozer em seu próprio caldo.'" (Fernandes, 1982:145).

Sintomaticamente, no discurso desses dois "justiceiros" é vividamente atuante uma das versões possíveis da moralidade e civilidade decorrentes do "modelo do chefe provedor" ⁽⁷⁾. Nesta versão, a justiça é, mais propriamente, vingança, pena de Talião, como bem explicita o filho "justiceiro" do primeiro grupo familiar: "não há justiça. A lei existe só que a justiça não aplica. Se aplicassem a justiça, matavam. [...] Acho que seria difícil uma sociedade em que alguém não tenha autoridade, a não ser que seja como na [...]: coloca dez elementos para botar a paz e, então, tudo bem, não precisa de polícia. No bairro onde eu morava, as pessoas podiam andar pelas ruas às duas horas da manhã que não acontecia nada, e eu era um homem só."

A cisão do espaço da sociabilidade das classes populares favorece a idealização de um outro "vitimizado" que serve de suporte à "boa causa": "todo jovem, acredito, fica revoltado [...] os brasileiros não são todos que têm a coragem de dar a mão. Eu era revoltado e ficava pensando se não podia fazer alguma coisa. O trabalhador, o marmiteiro, era oprimido pela marginalidade mas ninguém queria dar a mão [...]. Muitos só querem ficar na deles; eu não, eu *me ponho no lugar* daquele que sofre a opressão. [...] Se é para morrer por uma causa, vamos morrer por uma causa justa!" (relato do segundo "justiceiro").

Cisão, idealização e onipotência desembocam numa cena onde a história é concebida como uma luta entre forças antitéticas a ser decidida pela atuação exemplar de alguns poucos

⁽⁶⁾ Termos reiteradamente utilizados pelos três "justiceiros" entrevistados.

⁽⁷⁾ Na verdade, esta versão da "moralidade e civilidade" tem sua matriz na forma como as classes dominantes concebem e constroem a ordem pública produzindo a cidadania tutelada, diferenciada e excludente, questão que não pôde ser analisada neste trabalho. Para algumas manifestações contemporâneas dessa concepção de ordem pública no Brasil: Pinheiro, 1982; Paixão, 1988; Ianni, 1989 e Fernandes, 1989.

homens decididos ⁽⁸⁾, e é por esta via que os dois "justiceiros" identificam-se com os guerrilheiros. "O Lamarca" — diz o primeiro "justiceiro" — "eu não conheci, só ouvi falar. Tacharam como terrorista. Acho que é como eu disse da outra vez: uma pessoa sozinha tem condição de fazer um monte de coisa. O que ele não aprontou! Quase derrubou meio mundo! As barbaridades que ele fazia: tomava de assalto destacamento do exército! É como eu digo, uma pessoa sozinha pode fazer muita coisa." Já para o segundo "o Ernesto Che Guevara era um cara com um idealismo incrível, impressionante. Está certo que ele era comunista, mas ele lutava pelo que ele queria. Aquele cara era demais, eu admiro! Quando ele queria uma coisa, ele ia até o final! Combateu mesmo! Combateu por uma causa. Combatia *por quem* não tinha ninguém por ele. No Brasil, seria pelo favelado, pelo pai de família. Eu me inspirei também no Guevara." ⁽⁹⁾

Homens sozinhos, decididos, lutam *em nome* das classes trabalhadoras e não *com* elas. Um último custo desse imaginário heroicizado pela "boa causa" é o da luta que já não é coletiva mas exemplar, que não visa à organização e resistência das classes trabalhadoras mas que, ao contrário, esgota-se na violência terrorista em troca da ordem e segurança dos bons "chefes de família" ⁽¹⁰⁾. ■

⁽⁸⁾ Concepção que, aliás, é uma das implicações possíveis do "modelo do chefe provedor": o destino familiar dependendo exclusivamente da sua tenacidade e boa-sorte.

⁽⁹⁾ Reconhece como outros heróis inspiradores Cristo, Robin Hood e Napoleão Bonaparte.

⁽¹⁰⁾ No Brasil, as classes trabalhadoras revelam sua criatividade e resistência ao produzir uma legalidade alternativa à legalidade burguesa que procura decidir por outras vias, que não a do "justiceiro", seus conflitos intraclassistas (Santos, 1989).

Referências Bibliográficas

- 144 Berenstein, Isidoro 1988 *Família e Doença Mental*. São Paulo, Editora Escuta.
- Costa, Jurandir 1989 *Psicanálise e Contexto Cultural*. Rio de Janeiro, Editora Campus.
- Duarte,
Luiz Fernando 1986 *Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor/CNPq.
- Fernandes,
Florestan 1982 *A Ditadura em Questão*. São Paulo, T.A. Queiróz Editor, 1982.
- Fernandes, Heloisa
Rodrigues 1989 "Rondas à Cidade: uma Coreografia do Poder". *Tempo Social*, vol. I, n.º 2, 121-34.
- Ianni, Octavio 1989 "Autoritarismo e Democracia", in Ianni, Octavio, *A Formação do Estado Populista na América Latina*. São Paulo, Editora Ática.
- Parsons, Talcott
et. al. 1970 *La Familia*. Barcelona, Editora Península.
- Pinheiro,
Paulo Sérgio 1984 *Escritos Indignados*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- Paixão,
Antonio Luiz 1988 "Crime, Controle social e Consolidação da Democracia: as Metáforas da Cidadania", in Reys, Fábio Wanderley e O'Donnell, Guillermo (org.). *A Democracia no Brasil, Dilemas e Perspectivas*. São Paulo, Editora Vértice.
- Santos, Boaventura
de Sousa 1989 "Justiça Popular, Dualidade de Poderes e Estratégia Socialista", in Faria, José Eduardo (org.), *Direito e Justiça*. São Paulo, Editora Ática, 1989.
- Telles,
Vera da Silva 1988 *Família, Trabalho e Modos de Vida: Notas de uma Pesquisa sobre Trabalhadores Urbanos em São Paulo*. AINPOCS, ed. mimeo.
- Zaluar, Alba 1985 *A Máquina e a Revolta*. São Paulo, Editora Brasiliense.